

Francisco Orofino

Alguns pressupostos

Dentro da atual estrutura do Decálogo (Ex 20,1-17), o mandamento de honrar o pai e a mãe inicia os mandamentos que definem os deveres de um israelita dentro da vida do povo. Ele ocupa assim um lugar de destaque, juntamente com a questão do sábado (Ex 20,8-11), já que possui uma formulação positiva. Tanto os mandamentos que o precedem quanto os que o seguem iniciam com determinações negativas, ou seja, proíbem as pessoas de fazer alguma coisa. Tal posição de destaque determina que este mandamento seja olhado mais de perto a partir de seus desdobramentos dentro dos códigos legais em Israel. Mas ele deve ser analisado também através da sabedoria popular, preservada nos provérbios, bem como nas denúncias presentes nas sentenças proféticas. Para o Antigo Israel, o pai e a mãe formam uma unidade, um conjunto único, amparado por uma legislação específica. Vemos, desta forma, que o comportamento de uma pessoa para com seu pai e sua mãe tinha sérias implicações na vida familiar e na vida do povo.

Os estudos antropológicos sobre a casa israelita, a partir dos indícios presentes nos textos bíblicos, apontam seis conceitos que se entrelaçam. No Antigo Israel, a casa seria patriarcal, endogâmica, patrilinear, patrilocal, ampliada e polígama. Estes seis conceitos insinuam que numa casa ou aldeia, uma pessoa estava na dependência e na obediência da figura paterna (patriarcal); teria que se casar com uma pessoa de sua própria família ou clã (endogâmica); que sua descendência seria determinada pela linha paterna (patrilinear); que seu lugar de moradia e de identidade dependeria de onde estivesse a figura paterna (patrilocal); que sua família poderia ser acrescida de famílias oriundas de outros lugares, desde que esta pessoa se submetesse à autoridade do pai da casa (ampliada) e que haveria possibilidades de um homem casar com mais de uma mulher (polígama).

Tais conceitos ajudam muito a entender o complexo sistema de relacionamentos dentro de uma casa israelita. Mas conceitos são, ao mesmo tempo, uma camisa de força onde muitas vezes não cabe a realidade. Ainda que seja sinal de uma longa estabilidade sócio-histórica presente na literatura bíblica, a casa israelita deve ser analisada criticamente, inserida nos distintos momentos históricos do povo de Israel. Em primeiro lugar, qualquer definição sobre relacionamentos dentro de uma casa no Antigo Israel deverá levar em conta a realidade antes e após o Exílio na Babilônia. Por mais que a casa seja uma estrutura com uma tendência muito grande à estabilidade, houve alterações profundas no sistema familiar após o Exílio. Esta questão é importante, por exemplo, no caso da endogamia. A legislação presente em Ne 10,31 (“Não daremos

nossas filhas ao povo da terra e não tomaremos suas filhas para nossos filhos”) mostra que a exogamia era praticada antes do fechamento étnico e religioso promovido pelas reformas atribuídas a Esdras no século V aC.

Assim, os textos bíblicos demonstram que alguns destes conceitos não podem definir a família em toda a época abrangida pela literatura presente na Bíblia. O objetivo deste pequeno artigo é buscar elementos que mostram resíduos de uma bipolarização dentro de casa israelita. A partir de algumas passagens onde aparece a junção das figuras do pai e da mãe podemos deduzir que em determinado momento da história do povo de Israel havia uma igualdade e uma distribuição de poderes entre elas. Ou seja, a partir de espaços e funções sociais bem definidas, o papel social do pai e da mãe dentro de uma família israelita era necessário para a sobrevivência da casa. Pelos textos, podemos adiantar que esta casa seria da época pré-exílica.

Afinal, se a lei preserva em igualdade a figura do pai e da mãe no primeiro mandamento do Decálogo que define os comportamentos humanos, é sinal de que a mãe exercia um papel social muito forte dentro da casa. Aos poucos, na medida em que a sociedade vai se estratificando, principalmente no período persa, quando a legislação vai sendo canonizada, o papel da mulher dentro de casa irá diminuir cada vez mais. Se as medidas tomadas por Esdras e Neemias de fato foram implantadas sistematicamente na reorganização da comunidade pós-exílica, é sinal de que as mães tinham mesmo muita força e que esta força precisava ser quebrada pela interferência direta da religião no espaço doméstico.

A legislação e seus desdobramentos

Uma análise de legislação presente no Código da Aliança mostra que a figura da mãe era tão importante quanto a do pai. As leis em defesa do pai valem também para a mãe. A partir do enunciado da lei, busquei apoio em passagens proféticas ou sapienciais.

A legislação previa:

A defesa da integridade física do casal:

Ex 21,15: “E quem ferir seu pai ou sua mãe será morto.”

A defesa da autoridade e da integridade moral do casal:

Ex 21,17: “E quem insultar seu pai ou sua mãe será morto.”

Lv 20,9: “Quando um homem insulta seu pai ou sua mãe, será castigado com a morte; ele insultou pai e mãe. Que seu sangue recaia sobre ele.”

Pr 20,20: “Quem amaldiçoa pai e mãe terá sua lâmpada apagada no meio das trevas”.

Pr 30,11: “Geração que amaldiçoa seu pai e não abençoa sua mãe.”

Pr 30,17: “O olho que zomba de um pai e recusa a obediência devida á sua mãe, os corvos do ribeiro o vazarão e as águias o devorarão”.

A defesa da integridade sexual do casal:

Lv 18,7: “Não descobrirás a nudez de teu pai nem a de tua mãe. Porque ela é tua mãe, não descobrirás a sua nudez”.

A defesa da segurança do casal na idade avançada:

Ex 20,12: “Honra teu pai e tua mãe, a fim de que teus dias se prolonguem sobre a terra que o Senhor, teu Deus, te dá”.

Dt 27,16: “Maldito aquele que despreza seu pai e sua mãe! E todo povo dirá ‘Amém!’”.

Pr 19,26: “Maltrata o pai e expulsa a mãe o filho que envergonha e desonra”.

Pr 23,22: “Ouve teu pai que te gerou e não desprezes tua mãe porque envelheceu.”

Pr 28,24: “Quem rouba o pai e a mãe dizendo ‘Não é pecado!’ nada mais é do que cúmplice de bandidos.”

Estas passagens mostram que a legislação está preservando a estrutura interna da casa, da família. É este relacionamento básico, o casal, o pai e a mãe, que sustenta todos os demais relacionamentos dentro da casa camponesa. A lei preserva em igualdade o pai e a mãe tanto como pessoas físicas, como figuras sociais dentro do clã. Preocupada com o declínio das forças, a legislação quer também defender o pai e a mãe quando estes forem idosos, sem nenhuma proteção a não ser a boa vontade dos filhos. Tanto o “honrar” em Ex 20,12 quanto o seu oposto “desprezar” em Dt 27,16 mostram que os filhos não devem abandonar os pais quando estes estiverem incapacitados pela idade. Tanto “honrar” quanto “desprezar” envolvem não apenas reverência e respeito enquanto o casal está em pleno uso de suas forças e de sua razão, mas significa também, concretamente, o sustento material na velhice.

Portanto, existe no texto bíblico uma legislação, ainda que bastante reduzida, que preserva e defende, em pé de igualdade, o pai e a mãe. A casa se sustenta pela integração dos papéis sociais do pai e da mãe. Uma pessoa é fruto daquilo que, no devido tempo, lhe foi transmitido pela mãe e pelo pai. Esta complementariedade de papéis sociais entre pai e mãe era fundamental na construção da identidade de um ou de uma israelita.

Tentando definir os papéis sociais

Segundo os textos acima elencados, o núcleo familiar estruturante era formado pelo casal. O pai e a mãe definiam as posições das pessoas dentro da casa, desde o seu nascimento até a morte. A casa, através do pai e da mãe, transmitia à pessoa a língua, os costumes, as tradições, a religião, a sabedoria, a profissão, a identidade.

Ao nascer, a criança na verdade pertencia à mãe. Um gesto importante naquela sociedade era o da denominação. Cabia à mãe dar o nome à criança (cf. Gn 29,31 a 30,24; 1Sm 1,20; 4,21). A Bíblia hebraica relata quarenta e seis casos de denominação de uma criança recém-nascida. Destes, vinte e oito crianças são denominadas pela mãe. Outras dezoito recebem o nome através do pai. A mãe amamentaria a criança até

os três anos de idade, quando uma festa caseira marcava o desmame (Gn 21,8). Ela ensinava a criança a andar, a comer num ambiente de amor (cf. Os 11,1.3.4). Cabe à mãe transmitir a língua, a religião e as tradições. Ela educava a criança até o momento em que se dava uma ruptura entre ser criança e ser adulto. Não há relato mais claro sobre o papel da mãe dentro de casa do que o caso narrado pelo 2Macabeus. Exortando seu filho mais moço a suportar com coragem o martírio, a mãe lhe fala assim: “Meu filho, tem pena de mim que te trouxe em meio seio durante nove meses, que te amamentei durante três anos, que te nutri, te eduquei até a idade em que estás e que provi o teu sustento...” (2Mc 7,27).

Na sociedade bíblica não existe nenhum período intermediário na vida de alguém, como temos hoje a adolescência e a juventude. Naquela época passava-se da situação de criança para a de adulto por meio de ritos de passagem. Ou seja, passava-se do domínio da mãe para o domínio do pai num simples ritual. Quando a criança passava para a idade adulta, a mãe já teria cumprido seu papel de prepará-la para a vida. A mãe entregava a criança pronta para o pai.

Caso fosse uma menina, assim que ela menstruasse, independente da idade, ela estava apta para casar. O pai então tratava de arranjar um casamento, de preferência dentro do próprio clã. Este processo é bem distinguido entre “promessa” (*arás*) e “casamento” (*hatuná*). O casamento agregava a menina no clã de seu marido. Na verdade, ela então saía do domínio da mãe e ia para a casa da sogra, vivendo sob o domínio dela. As belas palavras de Gn 2,24 onde se diz que “o homem deixará seu pai e sua mãe e se unirá à sua mulher” e os dois passam a viver juntos, na verdade não aconteciam. Cabia à menina sair de sua casa e ir para o hostil ambiente na casa de sua sogra. A passagem de Miquéias (Mq 7,6), tão bem aproveitada por Jesus (Mt 10,35-36) leva bem em conta esta realidade quando diz que existem conflitos entre “nora contra sogra”. Miquéias não diz, por exemplo, que a briga está jogando “sogro contra genro e genro contra sogro”. Isto porque tal relacionamento não existia ou era muito raro. Da menina se esperava que engravidasse logo e garantisse sua posição dentro da família do marido. A esterilidade era um péssimo sinal e provavelmente acarretava numa marginalização da menina dentro do clã do marido.

Quanto ao menino, aos treze anos ela deveria passar pelo ritual de passagem para a idade adulta. Não sabemos bem como era este ritual já que temos exemplos mais tardios, da época em que tal ritual era feito numa sinagoga aos treze anos. O menino trabalharia então nas terras familiares até constituir família, seguindo a profissão que seu pai determinava ou a aldeia tivesse alguma especialidade. Ao contrário das meninas, que logo casavam, os meninos trabalhavam solteiros por um determinado tempo. O que produziam ficava sob a propriedade do pai. Caso os meninos casassem cedo, a produção iria para a nova família constituída dentro da casa.

Outra questão importante, e que sem dúvida define o pano de fundo desta determinação de honrar pai e mãe, está na questão relacionada com a velhice. Se de fato as filhas saem de casa e as noras ocupam o espaço em constante tensão, quem cuidará de seu pai e de sua mãe senão o filho? Quem deve honrar pai e mãe é o filho que ficou em

casa. Desta forma, “honrar” significa garantir o atendimento material necessário para pai e mãe na velhice. O respeito aos idosos, aos anciãos tinha seu limite. Provavelmente muitos filhos gostariam de desfrutar de sua herança sem maiores comprometimentos com seus pais idosos. Jesus mesmo alerta para esta realidade. O mandamento vem então dar uma segurança para as pessoas idosas que, de outra maneira, poderia ser escoraçadas de suas famílias.

Percebemos em alguns episódios o papel importante desempenhado pelo casal na educação dos filhos. O acordo tácito entre o pai e a mãe era fundamental em determinar o futuro de um filho ou de uma filha. O desacordo entre Isaac e Rebeca fez com que Jacó conseguisse vencer Esaú na disputa pelo primeiro lugar dentro de casa (Gn 27,1-40). Os filhos e filhas serão aquilo que o pai e a mãe conseguirem transmitir. O Deuterônimo diz que a responsabilidade sobre o “filho rebelde” que se afasta do caminho da Aliança, pertence igualmente “ao pai e à mãe” (cf. Dt 21,18-21). Encontramos eco destas normas na profecia (cf. Mq 7,6; Zc 13,3). Da mesma forma, Sansão quando quer se casar, busca conselhos com “seu pai e sua mãe” (cf. Jz 14,1-5).

Quando, no decorrer da história, a bipolarização foi quebrada? Questão que exigiria um outro estudo. No entanto, a presença no Código da Aliança de palavras como *ba'al* e *adon* substituindo a palavra *pai*, mostra que o desequilíbrio entre o pai e a mãe começou na época da transição para a sociedade urbana que permitiu o surgimento da monarquia. O rei surge quando em casa o pai triunfa sobre os demais com seus títulos indicando propriedade. No entanto, a figura da “rainha-mãe” dentro do palácio real mostra que a presença da mãe resistiu até os tempos do Exílio.

Francisco Orofino
Av. Mal. Castelo Branco, 313/12
26525-120 Nilópolis, RJ

Bibliografia

- DE VAUX, R. *Instituições de Israel no Antigo testamento*. São Paulo: Ed. Teológica, 2003.
- CHOURAQUI, A. *Os homens da Bíblia – a vida cotidiana*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- CRÜSEMANN, F. *Preservação da Liberdade – O Decálogo numa Perspectiva Histórico-Social*. São Leopoldo: Sinodal-CEBI, 1995.

POR QUE JESUS MANDA ODIAR OS PAIS?

Carlos Mesters

“Se alguém vem a mim e não odeia seu pai, sua mãe, sua mulher, seus filhos, seus irmãos, suas irmãs e até sua própria vida, não pode ser meu discípulo” (Lc 14,26).

Uma das coisas em que Jesus mais insiste junto aos que querem segui-lo é abandonar pai, mãe, mulher, filhos, irmãos, irmãs, casa, terra, abandonar tudo por amor a Ele e ao Evangelho (Lc 18,29; Mt 19,29; Mc 10,29). Manda até odiar os pais: “Se alguém vem a mim e não odiar seu pai, sua mãe, sua mulher, seus filhos, seus irmãos, suas irmãs e até mesmo sua própria vida, não pode ser meu discípulo” (Lc 14,26). E Jesus dirige suas exigências não para alguns mais esforçados, mas para *todos e todas* que querem segui-lo (Lc 14,25-26.33).

Por outro lado, ele critica os fariseus pelo fato de eles, em nome da Tradição dos Antigos, desfazerem o quarto mandamento que manda honrar os pais (Mc 7,8-13). Jesus ensina que, para entrar na vida eterna, se deve observar os mandamentos, e enumera explicitamente o quarto mandamento (Mc 10,17-19). Ele mesmo deu o exemplo e se fez obediente aos pais (Lc 2,51).

Parecem duas atitudes contraditórias: odiar os pais, honrar os pais. O que significam essas exigências tão severas? Elas significam o que as palavras sugerem: largar a família e assumir uma vida itinerante para seguir Jesus. Esta foi a vida do próprio Jesus e do grupo de seus discípulos. “Nós abandonamos tudo e te seguimos!” (Mc 10,28). Foi também a vida das mulheres que o acompanhavam desde a Galiléia (Mc 15,41; Lc 8,1-3; 23,49). Mas esta não foi a vida das multidões às quais Jesus tinha feito o *mesmo* convite. Não é possível imaginar que Jesus tenha exigido de todos os homens e mulheres do interior da Galiléia que abandonassem suas famílias, suas terras, suas aldeias para segui-lo. Aliás, isto não aconteceu, a não ser com o pequeno grupo de seguidores e seguidoras. Então, como entender aquelas palavras de Jesus?

A exigência de abandonar a família e de “odiar os pais”, quando colocada dentro do contexto social e religioso da época, revela um outro significado bem mais fundamental e bem mais atual para nós hoje.